

Ata da 38ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, em 08/08/2007, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

### **Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez – Ministério da Ciência e Tecnologia
3. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
5. Luiz Alberto Figueiredo Machado – Ministério das Relações Exteriores
6. Gerson Clovis Maly – Ministério dos Transportes
7. Lindemberg Bezerra – Ministério da Fazenda
8. Thelma Krug – Ministério do Meio Ambiente
9. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
10. Raphael Azeredo – Ministério das Relações Exteriores

### **Outros Participantes:**

1. Branca Bastos Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Demétrio Toledo - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
3. César Nunes de Castro – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
4. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
5. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
6. Núbia Elizabeth de S e Silva – Ministério do Meio Ambiente
7. Bruna Craveiro de Sá e Mendonça – Ministério do Meio Ambiente
8. Felipe Bardella – Ministério da Fazenda
9. Francisco Romário Wojcicki – Ministério de Minas e Energia
10. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
11. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
12. Samira Sana F. De Sousa - Ministério de Minas e Energia
13. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, presidiu a reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Iniciou os trabalhos dando as boas vindas aos representantes dos ministérios.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energias, registrou a presença do Secretário Adjunto Dr. Francisco Romário Wojcicki. Aproveitou a oportunidade para divulgar um convite feito pela OLADE – Organização Latino Americana de Energia, para participação do Fórum Latino Americano de Carbono que ocorreria na cidade de Lima durante os dias 05 a 07 de setembro de 2007.

O Dr. Francisco Romário, que acumula a função de Secretário Executivo da OLADE informou que esta seria a segunda realização deste evento e seria importante que o evento contasse com a

participação brasileira. Informou que uma carta convite havia sido encaminhada em 03 de julho de 2007 para a CIMGC, mas que não havia recebido confirmação.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu que o convite fosse reenviado por e-mail a fim acelerar a resposta ao convite.

## **1. Aprovação da Ata da 37ª reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazer na minuta de Ata da 37ª reunião da CIMGC.

A Dra. Laura Porto apontou erros de edição que foram anotados pela Secretaria Executiva e acatados por todos os membros.

Não havendo outras sugestões o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, considerou a Ata da 37ª reunião aprovada com as correções apontadas.

## **2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

### Projetos em revisão cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que seis proponentes de projeto não haviam ainda respondido ao ofício da CIMGC e portando os projetos permaneceriam em revisão:

- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracá
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruete (PCBR)
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II
- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás (PCBG)

### Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

Destacou que o projeto nº 179 (Projeto de energia eólica Icaraí) encaminhou sua resposta no dia da 38ª reunião da CIMGC, em desacordo com a Resolução 05 e, assim, **não poderia ser analisado.**

- 147 – PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou a Dr. Branca Americano para que procedesse à análise do projeto.

A Dra. Branca Americano informou que, na opinião do MCT, todas as observações apontadas pela CIMGC haviam sido atendidas pelo proponente do projeto e, assim, sugeriu que fosse aprovado.

A Dra. Laura Porto e a Dra. Paula Bennati, do Ministério do Meio Ambiente, concordam com o posicionamento do MCT pela aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica.

➤ 159 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.

A Dra. Branca Americano informou que, na opinião do MCT, todas as observações apontadas pela CIMGC haviam sido atendidas pelo proponente do projeto e, assim, sugeriu que fosse aprovado.

A Dra. Laura Porto e a Dra. Paula Bennati concordaram com o posicionamento do MCT pela aprovação do projeto.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.

Projetos submetidos durante a 37ª reunião

➤ 183 – **Projeto de troca de combustível em Caieiras**

A Dra. Branca destacou que se trata de um projeto de substituição de óleo combustível por gás natural em uma fábrica de papéis. Observou que, do ponto de vista do MCT, este projeto deveria ser revisto, pois existem dúvidas quanto à sua adicionalidade.

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que o Conselho Executivo, em sua 33ª reunião definiu que a data de início de uma atividade de projeto deve ser sempre a opção mais antiga entre a data de construção, de implementação, ou de medida que permitiu o projeto ser realizado. Destacou que os proponentes de projetos estavam escolhendo a data mais recente, para se beneficiar na elegibilidade da proposta de projeto MDL. Ressaltou ainda que na última reunião do conselho executivo dois projetos brasileiros foram reprovados por critérios de adicionalidade e, assim, concordava com o posicionamento do Dra. Branca de preocupar-se com a análise da adicionalidade do projeto.

A Dra. Laura Porto informou que havia proposto a aprovação do projeto com algumas ressalvas, mas que concordava com o posicionamento do MCT pela revisão do projeto.

A Dra. Paula Bennati concordou com o posicionamento do MCT e apoiou a proposta de revisão do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de troca de combustível em Caieiras, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para esclarecer os pontos de adicionalidade do projeto, como:
  - ✓ Explicar o Gráfico 6. Particularmente explicar como ele poderia justificar que a prática comum não é a gradual conversão da indústria ao gás natural, já que o crescimento do setor de 2000 a 2004 (23%) é bem inferior ao crescimento da demanda de gás pelo setor no mesmo período (68%). Adicionalmente explicar como essas tendências se relacionam com a atividade de projeto cuja data de início consta ser agosto de 2006.
  - ✓ Explicar a incoerência entre o DCP e o Anexo III: o primeiro afirma que “nenhuma política setorial incentiva o emprego de gás natural” e o segundo, “a implementação do projeto atende às diretrizes do governo brasileiro, no que concerne a sua política de incentivos à disseminação do uso do gás natural no país, principalmente nos segmentos industrial, de transporte e de geração de energia.”
  - ✓ Correção da tabela constante do item B.7.1 (pág. 28) – Dados e parâmetros monitorados, onde o valor do fator de emissão de CO<sub>2</sub> médio do gás natural queimado no ano y está equivocado. O valor descrito é o valor do fator de emissão do óleo combustível, segundo as Diretrizes Revisadas do IPCC, 1996;
2. Atualizar, conforme esclarecimento a seguir, o texto do DCP no item B.4. (pág. 9) que descreve como é a formação do preço do gás natural no Brasil. Cabe esclarecer que a Portaria Interministerial MF/MME n.º 03/00, de 17/02/2000, vigente até 31 de dezembro de 2001, determinava o preço máximo do gás natural de origem nacional para as vendas à vista às empresas concessionárias de distribuição de gás canalizado. A referida Portaria deixou de vigorar com a liberação dos mercados de petróleo e gás natural a partir de 1º de janeiro de 2002. A partir desta data, os preços do gás natural de origem nacional não mais seriam fixados pelo Governo Federal, devendo as partes interessadas negociá-los direta e livremente. A Resolução n.º 06, de 05 de dezembro de 2001, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) propôs a manutenção do controle de preços do gás natural de origem nacional, justificada pela inexistência de pressões concorrentes que permitissem a liberação. Adicionalmente, estabeleceu-se que esta manutenção seria implementada por meio de um Projeto de Lei a ser remetido pelo MME ao Congresso Nacional. Na prática, consolidou-se um ambiente de preços livres para o gás natural nacional vendido às distribuidoras. Resumidamente, a situação atual é a seguinte:
  - A Portaria Interministerial n.º 3 de 17/02/2000 foi revogada em janeiro de 2002, entretanto os preços definidos por esta portaria foram mantidos como referência para os preços dos contratos até abril de 2003 (preços fixos em reais).
  - Aumento em 1º de janeiro de 2003 e após este aumento os preços foram mantidos inalterados até 1º de setembro de 2005, quando o combustível foi majorado em 6,5%. Em seguida, em 1º de novembro de 2005, ocorreu novo reajuste de 5%, permanecendo inalterado.
  - A partir de maio de 2007 o preço do gás natural nacional sofreu um reajuste de aproximadamente 21%.

3. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
4. Alterar a data de início do período de obtenção de créditos da atividade de projeto no DCP e no Relatório de Validação já que o período de créditos deve começar apenas após a data de registro da atividade de projeto proposta como uma atividade de projeto MDL. A data deve ser alterada para outra posterior à provável data de efetivação do registro da atividade de projeto junto ao Conselho Executivo do MDL.
5. Reapresentação do Relatório de Validação refletindo a nova versão do DCP/PDD pedida.
6. Apresentar documentos comprobatórios de que o processo de Licenciamento Ambiental está em curso.

#### ➤ 184 – Projeto de biomassa Roullier

A Dra. Branca Americano destacou que na opinião do MCT este projeto poderia ser aprovado com ressalvas, pois entendeu que os questionamentos levantados não ensejariam uma nova apreciação da CIMGC, por tratarem-se de questões de pequena importância. Destacou que o mesmo questionamento acerca da data de início de operação, feito ao projeto 183 também foi feito ao Projeto de biomassa Roullier, mas não acreditava que fosse um ponto crítico dada a natureza do empreendimento e o tempo necessário para implementá-lo.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que havendo dúvidas, especialmente que pudessem comprometer a adicionalidade do projeto, entende que a CIMGC deveria analisá-lo novamente e, assim, sugeriu que o projeto fosse revisto e não aprovado com ressalvas.

A Dra. Laura Porto concordou com o posicionamento apresentado pelo Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro e acrescentou que o projeto fora desenvolvido utilizando uma versão antiga do formulário do DCP (versão 2) e deveria ser atualizado para a versão válida no momento (versão 3).

A Dra. Paula Bennati concordou com a proposta de revisão e acrescentou a necessidade de esclarecimentos relacionados ao licenciamento de serrarias envolvidas no projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de biomassa Roullier, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer o PDD/DCP na nova versão do formulário (versão 3), obrigatória a partir de junho de 2007, já que o PDD/DCP apresentado está na versão 2. Observar que as datas no DCP e PDD devem ser coincidentes (No PDD consta a data de 27/12/06 e o DCP é de agosto/06).

2. Apresentar a licença de operação da Serraria Pinheirinho, que está com a validade expirada. Esclarecer o fato de, na LO apresentada, o empreendimento estar com o nome de Serraria Safira Importação e Exportação Ltda e não Serraria Pinheirinho, como é apresentado no DCP.
3. Incluir na sessão B.1 do DCP/PDD a versão da metodologia I-C utilizada pelo projeto.
4. Esclarecer, no Anexo III, na argumentação referente ao tópico “Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico”, a origem da tecnologia empregada. É necessário esclarecer a origem da tecnologia implementada nos processos de gerador de calor e sistema de queima pirolítica, se é amplamente dominada pelo mercado e também esclarecer a afirmação de que a tecnologia utilizada no projeto é nacional e não envolve o pagamento de royalties.
5. Alterar data de início do período de obtenção de créditos da atividade de Projeto, pois a data de 01/05/2007 não é mais viável já que o período de obtenção de créditos deve começar apenas após a data de registro da atividade de projeto proposta como uma atividade de projeto MDL. A data deve ser alterada para outra posterior à provável data de efetivação do registro da atividade de projeto junto ao Conselho Executivo do MDL;
6. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
7. Apresentar esclarecimentos acerca dos contratos estabelecidos com as serrarias para compra dos cavacos que serão utilizados para a geração de vapor e não somente as licenças de operação das serrarias.

### ➤ 185 – Projeto de pequena hidroelétrica Primavera

A Dra. Branca destacou que se trata de uma pequena central hidroelétrica construída em 2002 que está requerendo atualmente sua aprovação como um projeto MDL. Entretanto, havia dúvidas quanto a adicionalidade deste projeto, considerando que a maior barreira levantada pelo proponente do projeto foi a de viabilidade financeira. Estranhou o fato de somente agora o projeto estar sendo submetido, tendo em vista a data de construção do projeto e o fato que as metodologias necessárias já existirem há muito tempo. Assim, a opinião do MCT era que o projeto deveria ser revisto.

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que a CIMGC tem que se atentar à estratégia dos desenvolvedores de projeto no sentido de submeterem projetos que claramente não são adicionais. Ressaltou que a CIMGC historicamente manteve uma postura muito séria e exigente na análise dos projetos MDL brasileiros. Isso lhe garantiu uma confortável fama de excelência, transferindo aos projetos que aprovava a quase certeza de registro no Conselho Executivo do MDL. Essa tendência sofreu um significativo abalo durante a última reunião do Conselho Executivo do MDL quando dois projetos de cimento, aprovados pela CIMGC foram rejeitados no Conselho Executivo por deficiência na adicionalidade. Assim, alertou aos membros da CIMGC que o Conselho Executivo do MDL passará a analisar com mais rigor aspectos

relacionados à adicionalidade dos projetos e sugeriu que internamente a CIMGC adotasse a mesma postura.

A Dra. Laura Porto destacou que de fato isto representaria uma mudança na postura que a CIMGC vem adotando, ressaltando que o projeto envolve a substituição do consumo de diesel combustível no sistema isolado da Amazônia e que em sua opinião representa uma clara contribuição ao desenvolvimento sustentável local. Ponderou se não seria mais apropriado aprová-lo a fim de manter coerência com a postura que a CIMGC vem tomando com os demais projetos analisados.

A Dra. Telma Kurg, representando o Ministério do Meio Ambiente, apoiou a proposta pela aprovação com ressalva do projeto.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro sinalizou assim pela aprovação com ressalvas do projeto PCH Primavera, entretanto ressaltou a necessidade da CIMGC de atentar-se aos fatos externos e caso necessário rever a conduta que vem sendo adotada internamente.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de pequena hidroelétrica Primavera, para o atendimento das seguintes observações:

1. Pedir esclarecimento ao validador sobre a afirmação que consta do Relatório de Validação:

**“... muitas hidroelétricas na região estão requisitando o MDL, tais como Monte Belo, Cabixi II, Rio Branco, Saldanha, Cascata e Apertadinho. Plantas que não estão requisitando pelo MDL são muito velhas (construídas antes de 2000) ou são muito pequenas,** logo um projeto de MDL não é viável nem atrativo (estes projetos teriam mais custos no processo do MDL do que receitas provenientes dele).”

A justificativa apresentada no Relatório de Validação não leva em consideração a argumentação apresentada no DCP/PDD sobre a adicionalidade do projeto. Ademais, a generalização que é feita sobre solicitação RCEs para projeto construídos após 2000 está em desacordo com as regras estabelecidas no MDL que exigem avaliação caso a caso para determinar se um projeto é adicional ou não. A adicionalidade de cada projeto deve ser demonstrada de maneira inequívoca. Um projeto só é adicional se as reduções de emissões decorrentes da atividade de projeto forem maiores do que aquelas que ocorreriam na ausência da atividade de projeto. No caso de a central hidrelétrica já ter sido implantada e funcionar com ou sem a atividade de projeto significa que ela faz parte da linha de base e, portanto não é adicional. Para projetos que foram iniciados antes de seu registro como projeto de MDL, evidências documentais de que o MDL foi considerado seriamente na tomada de decisão da sua implantação devem ser apresentadas.

2. Apresentar argumentos e provas documentais que demonstrem que a implementação da PCH Primavera em 27/12/2002 considerou o MDL como fator determinante. Na análise de adicionalidade do projeto a tendência da instalação de fontes termoeletricas no

sistema Isolado Rondônia-Acre entre os anos de 2004 e 2006 é enfatizada. Esta informação é de pouca relevância para o projeto em questão, tendo em vista sua data de implementação ser anterior a esse período (2002). Em particular esclarecer o fato de o projeto não ter sido apresentado anteriormente quando teria sido possível obter os créditos retroativos.

3. Atualizar o texto do Formulário do DCP, no item B.5. no que diz respeito às instituições que atuam junto ao Sistema Interligado Nacional, quando há menção do Mercado Atacadista de Energia – MAE, o qual foi sucedido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (ver Lei nº 10.848/2004);
4. Alterar o primeiro parágrafo do Resumo, no Anexo III, quando descreve que está “utilizando uma Pequena Central Hidrelétrica para gerar energia, substituindo a energia da rede elétrica.” Entende-se que a substituição será feita com a introdução de uma energia de fonte renovável em detrimento da utilização de uma fonte térmica, no entanto não é o que a frase explicita;
5. Apresentar Licença de Operação válida, uma vez a Licença de Operação em Caráter Precário N° 0002869/NUCOF/SEDAM apresentada no projeto, está vencida desde 12 de julho de 2007.
6. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.

#### ➤ 186 – **Projeto de hidrelétrica Baruíto**

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro apontou que o projeto PCH Baruíto declarou que o início da atividade de projeto foi em 2000, antes dos demais projetos analisados. Assim, questionou se também não seria o caso de colocá-lo em revisão a fim de esclarecer sua adicionalidade.

Os demais membros da CIMGC concordaram com o posicionamento.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de hidrelétrica Baruíto, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar evidências de que na implementação da PCH Baruíto em 01/05/2000 o MDL foi considerado como fator determinante. Em particular esclarecer o fato do projeto não ter sido apresentado anteriormente quando teria sido possível obter os créditos retroativos. Na análise da adicionalidade é enfatizado que a receita adicional oriunda da comercialização dos RCEs é fundamental para a viabilidade financeira do projeto. No entanto, a empresa só submeteu o projeto MDL em 2007 sem beneficiar-se dos créditos retroativos. Para fundamentar a adicionalidade do projeto o proponente argumenta que



negociava a elaboração deste projeto desde 1999 com a EcoSecurities, empresa com larga experiência no desenvolvimento de projetos similares e que desenvolveu este projeto particular. Justificar a demora na implementação do projeto MDL, tendo em vista a argumentação de que a saúde financeira do projeto depende da receita dos RCEs.

2. Refazer os cálculos das emissões reduzidas pela atividade de projeto usando o Fator de Emissão da Margem Combinada para o sistema Sudeste/Centro-Oeste, isto é, não incluindo as usinas do sistema Sul no cálculo do Fator de Emissão da linha de base.
3. Reapresentar o PDD com as modificações solicitadas e o respectivo Relatório de Validação.
4. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
5. Alterar o primeiro parágrafo do Resumo, no Anexo III, quando descreve que está *“utilizando uma Pequena Central Hidrelétrica para gerar energia, substituindo a energia da rede elétrica.”* Entende-se que a substituição será feita com a introdução de uma energia de fonte renovável em detrimento da utilização de uma fonte térmica; no entanto, não é o que a frase citada explicita.

#### ➤ 187 – Projeto de pequena central hidroelétrica Saldanha

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que a única questão levantada acerca desse projeto diz respeito à comprovação da data de início de operação do empreendimento. Assim, sugeriu sua aprovação com ressalva.

A Dra. Laura Porto sugeriu uma pequena alteração no anexo III do DCP/PDD, apoiando a sugestão de aprovação com ressalva.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de pequena central hidroelétrica Saldanha, para o atendimento das seguintes observações:

1. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.

2. Alterar o primeiro parágrafo do Resumo, no Anexo III, quando descreve que está “utilizando uma Pequena Central Hidrelétrica para gerar energia, substituindo a energia da rede elétrica.” Entende-se que a substituição será feita com a introdução de uma energia de fonte renovável em detrimento da utilização de uma fonte térmica; no entanto, não é o que a frase citada explicita.

#### ➤ 188 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Salto Santo Antônio

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez ressaltou que este projeto estava incoerente, pois o interstício entre a data de início da atividade de projeto e o início da obtenção de RCEs era de apenas 30 dias, ou seja, a construção da PCH não poderia ser sido concluída neste curtíssimo período. Assim, sugeriu que o projeto fosse revisto a fim de esclarecer a real data de início de operação do empreendimento.

A Dra. Laura Porto apoiou a proposta de revisão do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Salto Santo Antônio, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
2. Apresentar autorização da ANEEL para o funcionamento de todas as fases do Projeto. Constatou-se a conformidade de autorização da ANEEL para funcionamento do empreendimento na Fase 1 (1.736 kW). No entanto, para a Fase 2 não há conformidade de autorização da ANEEL com a potência de 6.740 kW, como apresentado na atividade de projeto.

#### ➤ 189 – Projeto de Evitação de Metano no Tratamento de Efluentes da Irani

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que se trata de um projeto do setor de celulose que envolve a recuperação de metano no processo industrial.

A Dra. Branca Americano destacou que apesar de inúmeras ressalvas terem sido apresentadas a opinião do MCT é de que este projeto deveria ser aprovado com ressalvas, já que nenhuma delas foi considerada de caráter substancial.

Os demais membros apoiaram a posição do MCT.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de Evitação de Metano no Tratamento de Efluentes da Irani, para o atendimento das seguintes observações:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
  - ✓ Corrigir a data da versão da metodologia utilizada (AMS-III.I): 18 de maio de 2007.
  - ✓ Apresentar, no Item B.1, as duas outras metodologias usadas também no projeto: ACM0002 e AMS III-H, e também suas versões.
  - ✓ Traduzir, no DCP, a Tabela no Anexo 3.
2. Reapresentação do Relatório de Validação, referenciando a nova versão do PDD/DCP, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
  - ✓ Corrigir a data da versão da metodologia utilizada (AMS-III.I): 18 de maio de 2007.
  - ✓ Corrigir na versão em português, na página A-25, o verbo “aborta” por “aborda”.
3. Apresentação da Licença de Operação da atividade de projeto, uma vez que ele já está em operação, conforme afirma a carta de encaminhamento dos seus proponentes.
4. Apresentação do contrato social da Irani que afirme que apenas um diretor pode representar a empresa. Caso sejam necessárias assinaturas de dois diretores, reapresentar as declarações devidas, conforme a Resolução 01, na forma adequada.
5. Esclarecer qual é o marco que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.

#### ➤ 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto

O Dr. Newton informou que este projeto calcula o fator de emissão considerando as redes sul e sudeste/centro-oeste como uma rede única em desconformidade com a posição da ONS de que os submercados da rede elétrica brasileira estão claramente separados. Assim, sugeriu que o projeto fosse revisto.

A Dra. Laura Porto acrescentou que há a necessidade de regularização do empreendimento junto a ANEEL.

A Dra. Telma Krug apontou que a modificação do fator de emissão do projeto ensejará em novos cálculos do DCP/PDD, assim, apóia a posição do MCT pela revisão do projeto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Revisar a sessão A.4.3 do DCP/PDD corrigindo a potência nominal das turbinas utilizadas no projeto. Consta que as turbinas têm potência de 9.5000 MW, no entanto, a potência correta é de 9.500 KW.
2. O cálculo do fator de emissão da margem combinada do projeto não deve incluir a Região Sul. O fator de emissão deve ser calculado para a região Sudeste/Centro-Oeste.
3. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33a Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
4. Apresentar Resolução da ANEEL com o cronograma para a entrada em operação da potência instalada total de 19,0 MW. (a Resolução ANEEL nº. 215/2001 autoriza o valor de 15,90 MW assim como o Relatório de Fiscalização da ANEEL, versão Julho de 2007).

➤ 191 – **Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs  
BR07-S-31**

A Dra. Branca Americano destacou que esse projeto envolve várias fazendas de suinocultura em diferentes estados brasileiros. Apontou que o processo de envio de cartas convite aos atores regionais foi feito após o processo de validação, e lembrou que a Resolução 04 da CIMGC esclarece que as cartas convite têm que ser encaminhadas antes do processo de validação. Assim, sugeriu que o projeto fosse revisto.

Os demais membros apoiaram a posição do MCT.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto intitulado “Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-31, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Revisar a tradução do DCP, atentando para fragmentos do texto não traduzidos, em especial, algumas notas de rodapé, cabeçalho do DCP a partir da página 09 e título da tabela do item A.4.3 (pág. 11).
2. Refazer o processo de Validação de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. As cartas-convite aos atores foram encaminhadas em maio de 2007, ou seja posteriormente ao período em que este projeto esteve aberto para comentários no site do CDM (31 de janeiro a 01 de março de 2007). Tal procedimento foi feito em desconformidade com o Art. 5º da Resolução 04 que assim determina:

“Os convites aos atores locais afetados e/ou interessados nas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme constam no art. 3º, II da Resolução nº 1 desta Comissão, **deverão ser enviados antes do início do período de validação**, a fim de garantir que eventuais comentários sejam incorporados à documentação submetida a esta Comissão com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto pela autoridade nacional designada.”

3. Apresentar as cartas-convite encaminhadas às associações comunitárias dos diversos municípios do projeto, conforme a Resolução nº 01.
4. Incluir nas cartas-convite a descrição das possíveis contribuições da atividade de projeto ao desenvolvimento sustentável, conforme determina a Resolução 04 Art. 5º Parágrafo Único.
5. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.

➤ 192 – **Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs  
BR07-S-34**

Assim como no projeto anterior, a Dra. Branca Americano sugeriu que fosse revisto.

Os demais membros apoiaram a posição do MCT.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do – Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-34, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Revisar a tradução do DCP, atentando para fragmentos do texto não traduzidos, em especial, algumas notas de rodapé.
2. Refazer o processo de Validação de forma que o envio dos convites aos atores locais afetados e/ou interessados seja anterior ao período aberto a comentários públicos no processo de validação. As cartas-convite aos atores foram encaminhadas em maio de 2007, ou seja posteriormente ao período em que este projeto esteve aberto para comentários no site do CDM (31 de janeiro a 01 de março de 2007). Tal procedimento foi feito em desconformidade com o Art. 5º da Resolução 04 que assim determina:

“Os convites aos atores locais afetados e/ou interessados nas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, conforme constam no art. 3º, II da Resolução nº 1 desta

Comissão, **deverão ser enviados antes do início do período de validação**, a fim de garantir que eventuais comentários sejam incorporados à documentação submetida a esta Comissão com vistas a obter a aprovação das atividades de projeto pela autoridade nacional designada.”

3. Garantir que as cartas-convite sejam enviadas aos destinatários corretos. Por exemplo, a carta-convite encaminhada em 5 de maio de 2007 ao Governador da Bahia não foi encaminhada ao Exmo. Governador Sr. Jacques Wagner.
4. Comprovar o encaminhamento das Cartas-convites às Associações Comunitárias dos municípios envolvidos no projeto, apresentando confirmação do encaminhamento das mesmas.
5. Incluir nas cartas-convite a descrição das possíveis contribuições da atividade de projeto ao desenvolvimento sustentável, conforme determina a Resolução 04 Art. 5º Parágrafo Único.
6. Corrigir o mapa da Figura A1 do DCP/PDD que indica localizações distintas daquelas declaradas na Tabela A2 e demais documentos apresentados. Na citada Figura A1, consta como localização do projeto as cidades de Uberlândia, Juiz de Fora e Campinas.
7. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.
8. Comprovar o encaminhamento de comunicação ao órgão ambiental referente à construção dos biodigestores e consequente alteração de seu sistema de tratamento de dejetos a fim de que sejam tomadas as devidas providências.
9. Encaminhar, assim que expedida, Licença Ambiental da Granja Courotex Ltda

### ➤ 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que se trata de um projeto que envolve a geração de eletricidade em uma usina de açúcar. A posição do MCT era pela aprovação com ressalvas.

A Dra Telma Krug observou que como os cálculos do projeto terão de ser refeitos o projeto deveria ser revisto.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer os cálculos das emissões reduzidas pela atividade de projeto usando o Fator de Emissão da Margem Combinada para o sistema Sudeste/Centro-Oeste, isto é, não incluindo as usinas do sistema Sul no cálculo do Fator de Emissão da linha de base.
2. Reapresentar o PDD e o Relatório de Validação incluindo a modificação descrita no item 1.
3. Esclarecer qual é o evento que define a data do início da atividade de projeto. O presente pedido fundamenta-se no esclarecimento prestado pelo Conselho Executivo do MDL, que consta do parágrafo 76 do Relatório da 33ª Reunião do EB, em que a data adotada para o início da atividade de projeto deve ser a mais antiga dentre as datas referentes à implementação, construção ou tomada de ação para o início da atividade de projeto.

#### **Novos projetos submetidos:**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que os projetos a seguir foram submetidos à CIMGC e deverão ser analisados durante a 39ª reunião da CIMGC.

- 194 – Projeto Queima de biomassa sólida para geração de vapor para o processo produtivo de fabricação de cerveja em substituição ao óleo combustível nas Filiais Agudos e Teresina.
- 195 – Pequena Central Hidrelétrica de Cristalino
- 196 – Pequena Central Hidrelétrica de Faxinal dos Guedes.
- 197 – Projeto de troca de combustível para gás natural da Servatis e Carta Rio.

### **3. Outros Assuntos**

#### **3.1 Correspondência da ONG “Preserve a Amazônia” questionando a implementação da BR 319.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que se trata de uma ONG preocupada com o problema do desmatamento na Floresta Amazônica. Questionou aos demais membros da CIMGC se não seria apropriado remeter a correspondência ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério dos Transportes para providências.

Os representantes dos demais ministérios concordaram com o posicionamento.

#### **3.2 Correspondência da Eletrobrás sobre a submissão de projetos do PROINFA.**

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez destacou que essa é uma discussão sobre a titularidade para a elaboração de projetos MDL ligados ao PROINFA. Destacou que não é atribuição da CIMGC discutir a titularidade dos projetos MDL. Compete a CIMGC tão somente analisar os projetos MDL, quando submetidos, quanto aos critérios técnicos envolvidos e no que se refere à sua contribuição ao desenvolvimento sustentável. Por fim, salientou que a Eletrobrás até hoje não submeteu nenhum projeto MDL e que, caso a CIMGC decida por não analisar projetos MDL submetidos por outros proponentes o Brasil estaria perdendo a oportunidade de gerar créditos (RCEs) importantes para o país. Esclarece que no seu ponto de vista essa era uma questão legal que deve ser discutida pela Eletrobrás na esfera judicial.

A Dra. Laura Porto argumentou que segundo o Decreto Presidencial 525/2004 e 5882/2006 os RCEs gerados pro projetos MDL ligados ao PROINFA são da conta PROINFA, e portanto do consumidor, pois influenciariam na modicidade tarifária. Destacou que a Eletrobrás encaminhou esta correspondência com o objetivo de ratificar, perante a CIMGC, o seu posicionamento de que é a única autorizada a negociar projetos MDL ligados ao PROINFA.

A Dra. Laura Porto salientou ainda que a Eletrobrás ainda não definiu como fará a negociação com os desenvolvedores de projeto MDL ligados ao PROINFA que já tiveram seus projetos aprovados pela CIMGC e eventualmente até registrados no Conselho Executivo do MDL. Entretanto, gostaria de ter um posicionamento firme da CIMGC quanto ao procedimento a ser adotado de agora em diante no que se refere a novos pedidos de análise de projetos ligados ao PROINFA submetidos por particulares.

A Dra. Samira Sana F. De Sousa, do Ministério das Minas e Energia, esclareceu que o Decreto Presidencial 525/2004, publicado antes da chamada pública para o início da contratação pelo PROINFA determinava que os créditos gerados por essas atividades de projeto deveriam ser destinados à conta PROINFA, destacou que mesmo assim, vários proponentes de projeto decidiram submeter de maneira autônoma projetos MDL à CIMGC para aprovação. Posteriormente, visando esclarecer essa questão foi publicado o Decreto Presidencial 5882/2006 que determinou que todo o processo de elaboração do DCP/PDD é de responsabilidade única da Eletrobrás.

A Dra. Laura Porto informou que dentre os 144 projetos inscritos no PROINFA 18 já apresentaram projetos MDL à CIMGC. Esclareceu que os decretos que regulamentam esse programa já previam que os benefícios adicionais provenientes dos RCEs deveriam ser descontados do valor pago pelo contrato PROINFA ao proponente do projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro solicitou que fosse elaborado um parecer pela assessoria jurídica da CIMGC sobre o assunto para a 39ª reunião da CIMGC. Solicitou ainda que fosse encaminhado um ofício à Eletrobrás pedindo que essa empresa esclareça quais seriam as providências cabíveis que ela espera da CIMGC, uma vez que a correspondência encaminhada é vaga quanto a este aspecto.

O Secretário Executivo da CIMGC salientou que houve um caso semelhante a esse do PROINFA com um aterro sanitário no município de São Paulo (Aterro Bandeirantes). Nesse caso a prefeitura de São Paulo questionou judicialmente o processo que havia sido iniciado na tramitação do projeto. Destacou que não coube à CIMGC discutir a titularidade desse projeto, mas a CIMGC cooperou



com as partes, intermediando a discussão. Por fim, as partes concordaram em tramitar o projeto e em função disso cada parte recebeu um milhão de RCEs registrados no Conselho Executivo, o que equivale a cerca de 10 milhões de dólares para cada parte.

A Dra. Lauro Porto informou que a Eletrobrás está mobilizada buscando a melhor maneira de desenvolver os projetos MDL ligados ao PROINFA. Esclareceu que devido ao trâmite natural do serviço público esses processos são feitos de forma mais lenta que na iniciativa privada.

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado, representante do Ministério das Relações Exteriores expressou sua preocupação com o tema, ressaltando que acredita que a CIMGC não poderia simplesmente ignorar um decreto presidencial que diz claramente que a Eletrobrás é a única autorizada a submeter projetos ligados ao PROINFA.

O Dr. Haroldo Machado informou que elaborará um parecer jurídico, conforme solicitado e adiantou que é atribuição da CIMGC analisar os projetos MDL a ela submetidos, e caso essa comissão se negue a fazê-lo poderá vir a figurar como pólo passivo de um processo judicial movido pelo proponente do projeto.

### **3.3 Anulação da carta de aprovação do projeto COSIPAR.**

O Dr. Haroldo informou que a carta foi encaminhada a Cosipar e que a CIMGC em sua 36ª reunião decidiu dar início ao processo de revogação. Destacou que foi dado o prazo regulamentar estabelecido pela Resolução 04 ao proponente do projeto para apresentar sua argumentação de defesa, porem não houve qualquer manifestação. Assim, destacou que o parecer apresentado orienta os membros da CIMGC a ratificarem o entendimento de anulação da carta e assim orientem a presidência a proferir a decisão definitiva, uma vez que compete ao presidente a anulação das cartas de aprovação emitidas pela CIMGC.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro pediu ao Dr. Haroldo que formulasse os termos do documento de anulação da carta de aprovação para subsidiar o presidente da CIMGC.

### **3.4 Solicitação das empresas Firpavi Construtora e Pavimentadora S/A e Ambiental Santa Fé – Empreendimentos e Participações Ltda. para suspensão da carta de aprovação do projeto PROGATA (114/2006).**

O Dr. Haroldo destacou que a carta de aprovação do projeto Progata já foi emitida pela CIMGC. As empresas Firpavi e Ambiental Santa Fé, arrendadores do terreno onde está sendo desenvolvido o projeto Progata, submeteram um pedido de revogação da carta de aprovação. Destacou que essas duas empresas não são proponentes do projeto e alegam que o contrato de arrendamento do terreno não previa a possibilidade do desenvolvimento de atividades MDL e, que assim, havia o descumprimento contratual. Adicionalmente ambas as empresas alegam ter havido irregularidades no processo de consulta aos atores regionais, durante o processo de validação do projeto.

Destacou que o parecer jurídico ressalta que não compete a CIMGC analisar a titularidade dos projetos MDL, tampouco manifestar-se acerca de questões contratuais entre as partes e analisar

eventuais problemas ocorridos durante o processo de validação, de competência de Entidades Operacionais Designadas. Assim, sugeriu que as empresas deveriam procurar solucionar esse litígio na esfera do direito comum.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro concordou com a argumentação e sugeriu que fosse encaminhada uma resposta as empresas requerentes informando que não compete à CIMGC avaliar o mérito das questões solicitadas.

### **3.5 Consulta dos “*stakeholders*” em projetos que envolvam diversos municípios.**

O Secretário Executivo da CIMGC, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez esclareceu que foi feita uma consulta por um desenvolvedor que pretende implementar um projeto MDL em uma ferrovia que transpassa 271 municípios. Destacam que de acordo com a Resolução 01 da CIMGC eles deveriam encaminhar cartas convites para cada município e questionam se nesse caso específico poderia ser aberta uma exceção e fossem encaminhadas cartas convites apenas para os municípios nos quais localizam-se as estações férreas.

O Dr. Haroldo esclareceu que não há como abrir exceção à resolução da CIMGC e todos os atores regionais envolvidos pela atividade de projeto devem receber as cartas-convite.

O Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado questionou se não seria possível discutir internamente uma possibilidade de aperfeiçoamento dos procedimentos de consulta aos atores regionais com vistas a torná-lo mais ágil.

O Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro concluiu que não há possibilidade de abertura de exceção no processo de consulta aos atores regionais, entretanto concordou que os procedimentos para consulta aos atores regionais poderiam ser aprimorados em uma futura resolução da CIMGC.

### **3.6 Requerimento de Parecer sobre Projetos MDL da EcoSecurities - 02/08/2007.**

O Dr. Newton Paciornik informou que a EcoSecurities encaminhou uma carta apontando que a CIMGC tem apenas 60 dias para realizar sua análise dos projeto MDL e a 38ª reunião estava ocorrendo 62 dias após a 37ª reunião, ou seja, dois dias após o prazo regular.

O Dr. Newton informou que o a EcoSecurities está com razão e que já havia sido encaminhada uma carta lamentando o ocorrido e informando que a CIMGC estará atenta que esse fato não mais ocorresse.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.